

Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

 **Atena**
Editora

Ano 2021



Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

 **Atena**
Editora

Ano 2021



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadoras: Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-499-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.990212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Esta obra adota o termo Inclusão social sob o aspecto do direito à participação e fruição de bens e direitos socialmente construídos. E a educação nesse contexto na perspectiva da educação humanizadora.

A seleção de trabalhos científicos, voltados à temática dos direitos das pessoas com deficiência (PcD) e da Educação, visa a inclusão através do compartilhamento dos conhecimentos sobre suas especificidades, através da abordagem de Leis, estratégias e metodologias de atendimentos/ações, ensino/aprendizagem.

Apresenta-se um vasto conteúdo que contempla a grande diversidade de olhares e experiências dos autores que pesquisam e/ou trabalham as questões da inclusão, da deficiência e da educação. Essas diferentes produções fomentam e enriquecem a acadêmica, a pesquisa e a práxis profissional dos pesquisadores e intervencionistas nessas áreas.

É importante mencionar que as pesquisas apresentadas nesta obra são um relevante subsídio para o conhecimento e a democratização da evolução conceitual das políticas públicas inclusivas no Brasil.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma a pessoas com deficiência como sujeito de direitos especiais, como sujeito dos direitos basilares, resultantes de sua condição peculiar de pessoas que necessitam de efetividade nas políticas públicas.

Em 2008 a Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva veio acrescentar que “O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação[...]” (p. 5).

Em 2015 a Lei Brasileira de inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) adota um modelo social de deficiência e se apresenta com um instrumento legal de direitos humanos para todas as pessoas com deficiência, reafirmando o direito de gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, identificadas como pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É importante destacar o contributo da Lei nº 12.764, de dezembro de 2012 que dispõe sobre os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Lei nº 12.796 de abril de 2013 que assegura a educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Educação é uma das áreas de transversalidade das políticas públicas para a efetiva inclusão e cidadania da Pessoa com Deficiência, visando um contexto de igualdade de oportunidades para garantir, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de

todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Nesse contexto, esta obra enfatiza a importância da educação como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência. Sendo uma rica contribuição para o conhecimento da temática dos direitos humanos, na busca de efetivação da cidadania, igualdade de oportunidades e inclusão social.

Boa leitura!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

SUMÁRIO


IV. INCLUSÃO SOCIAL, PCD E EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1..... 1

SALA DE AULA PARA TODOS(AS): UTOPIA OU REALIDADE?

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Luci Mary Duso Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122091>


CAPÍTULO 2..... 9

A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DA TALIDOMIDA

Jesse Budin

Renato Salla Braghin

Leonel Piovezana


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122092>

CAPÍTULO 3..... 20

PERCEPÇÃO FAMILIAR SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU

Marlene Rodrigues

Juliana Gisele da Silva Nalle


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122093>

CAPÍTULO 4..... 35

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O USO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCAIONAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE OLINDA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O LEGAL E O REAL

Elisabeth Donisete de Gois Sena

Márcia Regina Barbosa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122094>

CAPÍTULO 5..... 53

EDUCAÇÃO ESPECIAL VINCULADO AOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS NACIONAIS: LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES

Diná Freire Cutrim

Claudia de Oliveira Vale

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122095>


CAPÍTULO 6..... 68







E AGORA? COMO ENSINAR UM(A) ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA LICENCIATURA EM FÍSICA?

Lucianno Cabral Rios


Brunna Stella da Silva Carvalho Melo

Neuton Alves de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122096>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7..... | 79 |
| A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA COM A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS PELO ENSINO REMOTO | |
| Jaqueline Leandra de Menezes Pereira dos Santos | |
| Edicléa Mascarenhas Fernandes | |
| Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122097 | |
| CAPÍTULO 8..... | 91 |
| IMPLANTE COCLEAR: CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS | |
| Jaqueline de Oliveira Costa Melo | |
| Ana Paula de Araújo Barca | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122098 | |
| CAPÍTULO 9..... | 101 |
| TERAPIA ASSISTIDA POR CÃES NA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL | |
| Simone Gomes Ghedini | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122099 | |
| CAPÍTULO 10..... | 111 |
| PRÁTICAS INCLUSIVAS NA CLASSE REGULAR EM ESCOLA PARTICULAR DE SÃO GONÇALO: UMA EXPERIÊNCIA DE 15 ANOS DE ATUAÇÃO | |
| Cristiane Batista Xavier de Moraes | |
| Cristiane Mendes Cunha Melo | |
| Vera Lucia Prudencia dos Santos Caminha | |
| Viviane de Oliveira Freitas Lione | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220910 | |
| CAPÍTULO 11..... | 125 |
| ESTADO DO CONHECIMENTO: UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (2012-2018) | |
| Emne Mourad Bouffleur | |
| Roseli Áurea Soares Sanches | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220911 | |
| CAPÍTULO 12..... | 137 |
| EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS EM POÇÕES-BA | |
| Stela de Jesus | |
| Lucas Aguiar Tomaz Ferreira | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220912 | |
| CAPÍTULO 13..... | 147 |
| A UNIVERSIDADE NA INCLUSÃO E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC | |
| Fernanda Cláudia Araújo da Silva | |

Antonio Alex Dayson Tomaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220913>

CAPÍTULO 14..... 156

ENSINO DE GEOMETRIA PARA UMA ALUNA CEGA

Elisabete Marcon Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220914>

CAPÍTULO 15..... 164

AS SUPERAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM IDADE ESCOLAR

Rodrigo Regert


Amanda Alexandre Cordeiro

Lanie Cristini Cordeiro

Joel Haroldo Baade

Deize Maria Baretta

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220915>


CAPÍTULO 16..... 169

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Tereza Sabina Souza Reis

Francisca Moraes da Silveira

Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220916>

CAPÍTULO 17..... 177

A IMPLEMENTAÇÃO DA HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Angélica Bort


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220917>

CAPÍTULO 18..... 183

TEORIA DE VIGOTSKI (1896 - 1934): PRINCIPAIS CONCEITOS E IMPLICAÇÕES PARA UM PROJETO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sandra Regina Barbosa

Edicléa Mascarenhas Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220918>

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 191

ÍNDICE REMISSIVO..... 192

CAPÍTULO 1

SALA DE AULA PARA TODOS(AS): UTOPIA OU REALIDADE?

Data de aceite: 02/09/2021

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Doutoranda em Educação PPGEDU - URI.
<https://orcid.org/0000-0003-2734-069X>

Luci Mary Duso Pacheco

Professora da URI - Campus de Frederico Westphalen
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEDU - URI.
<https://orcid.org/0000-0002-8585-8246>

Este artigo segue as normas da linguagem neutra de gênero. As autoras entendem que a linguagem não pode ser um instrumento de poder, e consideram que a linguagem neutra contempla todas as pessoas por meio da escrita, promovendo valorização das mulheres, a inclusão e respeito à diversidade

RESUMO: Os últimos anos foram marcados pela atenção às diferenças através de políticas educacionais que provocaram o debate sobre a “inclusão escolar e a educação especial”. Devido a essa questão, muitas foram as reformas e ações estabelecidas nos espaços escolares, percebemos avanços. No entanto, há que se perguntar se: de fato, a sala de aula é um espaço para todos? Investiu-se em acessibilidade, material didático, cartilhas educativas e publicações. Investiu-se, também, na formação continuada de professores. Porém, todo esse esforço não rompeu significativamente com a barreira das diferenças em sala de aula.

Diferenças de cor, de classe, de habitat, de credo, de raça e até mesmo, diferenças entre “normais” e “especiais”. Todas essas diferenças, presentes no cotidiano escolar, representam um abismo entre a educação que se deseja e a realidade que se apresenta, uma vez que, elas não denotam um trabalho diversificado, mas sim, devido a todo um conjunto de fatores estruturais, acabam por revelar um sistema educacional padronizado. Assim, a sala de aula que deveria ser um espaço de interações diversas na busca pela formação de qualidade para todos revela sérias deficiências em sua estrutura, o que dificulta para a mesma, assumir-se enquanto espaço democrático de direito e de educação para todos(as).

PALAVRAS - CHAVE: Inclusão Escolar. Educação. Diversidade.

CLASSROOM FOR ALL: UTOPIA OR REALITY?

ABSTRACT: The last few years have been marked by attention to differences through educational policies that provoked the debate on “school inclusion”. Due to this issue, there were many reforms and actions established in school spaces. However, we must ask ourselves: is the classroom, in fact, a space for everyone? We invested in accessibility, teaching material, educational booklets and publications. It was also invested, albeit in a precarious way, in the continuing education of teachers. However, all this effort did not break the barrier of differences in the classroom. Differences in color, class, habitat, creed, race and even differences between “normal” and “special”. All these differences,

present in everyday school life, represent an abyss between the desired education and the reality that presents itself, since they do not denote a diversified work, but rather, due to a whole set of structural factors, they end up reveal a standardized educational system. Thus, the classroom, which should be a space for diverse interactions in the search for quality education for all, reveals serious deficiencies in its structure, which makes it difficult for it to assume itself as a democratic space for education for all.

KEYWORDS: School Inclusion. Education. Diversity.

1 | INTRODUÇÃO

Quando pensamos em uma sala de aula para todos(as), logo imaginamos um espaço democrático onde a aprendizagem é o resultado de um processo educacional inclusivo, que alia os conhecimentos diversos, às peculiaridades e necessidades de cada um(a), respeitando seus ritmos, seus tempos e necessidades. A partir dessa relação é possível pensar em uma educação que agregue saber, valorização e dignidade humana na formação de todos(as).

No entanto, há muito ainda a ser feito para que seja possível caracterizar uma sala de aula como espaço apto a oferecer oportunidades educacionais para todos(as) os(as) estudantes.

É bem verdade que muitas ações já foram realizadas. Muitas bandeiras já se ergueram e compuseram o quadro da luta pela inclusão educacional, garantindo avanços no que dizem as leis em relação ao atendimento das pessoas com deficiência no ambiente escolar regular. Na Constituição Federal de 1988 (art. 208) é assegurado o direito às pessoas com deficiência de serem atendidas “preferencialmente na rede regular de ensino”.

Outra luta reconhecida e de extensa propagação resultou na Declaração de Salamanca (1994). A mesma pode ser considerada um marco nesse debate, pois configura um novo viés para a discussão, enfatiza o processo de inclusão escolar como um dos principais elementos para a democratização das oportunidades educacionais. O referido documento propõe que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e ou culturais, devem ser acolhidas pelas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades (UNESCO, 1994)

Da mesma forma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 vem reiterar o direito a inclusão escolar reforçando o texto da Constituição, ao definir que a modalidade de educação especial, deverá ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos(as) portadores(as) de necessidades educacionais especiais (Art. 58).

Mais recentemente, o Brasil se tornou signatário de um documento internacional, firmado na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, ou simplesmente Convenção da Guatemala (2001). Quanto a esse documento, Fávero (2004) destaca que esse acordo

internacional faz parte do ordenamento jurídico brasileiro, pois foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, e promulgado pelo decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, da Presidência da República do Brasil.

A importância dessa Convenção para a inclusão escolar de deficientes é afirmada por (Fávero, 2004, p. 43), assim:

Sua importância está em definir o que é discriminação deixando clara a impossibilidade de diferenciação, exclusão ou restrição com base na deficiência. Para essa Convenção, discriminação é toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício, por parte das pessoas portadoras de deficiência, de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (art. I, nº 2, "a").

Na corrente das legislações, a Lei nº 12.764, de dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e afirma que a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, em especial ao acesso à educação e ao ensino profissionalizante (Art. 3º, inciso IV).

A Lei nº 12.796 de abril de 2013, alterou a Lei de Diretrizes e bases da educação brasileira, e fomentou mudanças importantes de inclusão de pessoas com deficiência, para a igualdade de direitos e de atendimento nas escolas tradicionais, tornando obrigatório (At. 4º inciso III), o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. Além de firmar que

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Lei nº 12.796 de abril de 2013, Art. 58-59).

No Art. 60 parágrafo único da referida Lei, o legislador incumbe ao poder público à responsabilidade para a ampliação do atendimento aos educandos mencionados acima, na própria rede pública regular de ensino, estabelecendo que os espaços educacionais devem favorecer a inclusão social e promover a interação entre todos(as) os(as) educandos(as) com vistas à ampliação da convivência e da cidadania na escola.

Destaque para a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que é um marco legal e temporal ao instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Instituir a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) estabelecendo que

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da

Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Art. 1º).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência reservou no Capítulo IV, do direito à educação, três artigos que regem as normas para que o Estado e a sociedade implementem medidas para o efetivo desenvolvimento de um espaço educacional inclusivo. Reafirmando a educação como direito da pessoa com deficiência e assegurando a promoção de um

sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. **O legislador Incumbe ao poder público** assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, através de mudanças estruturais na forma e currículos dos programas, escolas e sistemas educacionais (currículos, condições de acesso em especial ao ensino superior, projetos pedagógicos, ações de permanência e êxito, planejamento e pesquisa, formação de professores, ambientes arquitetônicos acessíveis, tradutores e intérpretes da Libras, adoção de critérios de avaliação das provas diferenciadas para atender às especificidades do(a) educando, dentre outras (Art. 27-28-30) (Grifos das autora)

Entretanto, mesmo a educação inclusiva sendo amparada pelas legislações e também considerada política educacional, ainda existe um grande abismo entre as políticas públicas definidas em leis e diretrizes e as condições reais de implementação no cotidiano das escolas brasileiras, pois a escola é um espaço público contido em outro, igualmente público, que é a comunidade na qual se insere. Esses espaços públicos constituem o lócus da alteridade no qual o eu e os outros se relacionam, estabelecendo fronteiras que tanto ligam, quanto separam as pessoas (CARVALHO, 2000b).

De acordo com Mantoan (2004, p. 81)

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a justiça, a garantia da vida compartilhada.

Incluir a discussão desse tema no cenário educacional é tentar desvelar uma realidade que mostra a incapacidade da escola em dar conta de uma demanda para a qual não está “preparada”. É preciso de um lado remover as barreiras arquitetônicas e, de outro melhorar a qualidade da aprendizagem e das interações entre os(as) alunos(as). Nesse sentido, algumas questões são importantes de serem pensadas quando temos em mente

uma sala de aula para todos(as): a questão da formação dos professores(as); as limitações do ensino tradicional; a organização curricular e os recursos didático-pedagógicos e a proposta pedagógica da escola.

2 | SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES(AS)

Um dos aspectos que influenciam diretamente o sucesso da proposta de educação inclusiva nas escolas regulares é sem dúvida a formação dos(as) professores(as). Muitas vezes, os(as) professores(as) buscam “receitas mágicas” que, ao serem aplicadas, resultarão em milagrosa superação das dificuldades de cada aluno(as). É preciso ter presente que para a inclusão escolar, não há receitas, mas sim, um pensar sobre o processo de inclusão e, a partir dessa reflexão, a reconstrução de propostas curriculares que incluam questões sobre o ingresso e a permanência, com qualidade educacional, de alunos(as) com deficiências, respeitadas as diferentes realidades de cada sujeito.

Por isso a formação docente para a escola inclusiva, é algo muito complexo, pois atender a diversidade dos(as) alunos(as) implica em diversificar estratégias e para tanto os processos de formação devem partir das dificuldades que os professores têm em lidar com o heterogêneo, transformando-as na possibilidade em se trabalhar de maneira rica e produtiva.

A formação é importante não somente para dar suporte aos professores(as) frente à demanda da inclusão, mas também para que não se sintam impotentes com a nova situação. No entanto, o mais importante não é só oferecer o embasamento teórico ao professor(a), os princípios inclusivos, e sim trabalhar com eles(as) a importância de se desenvolver um projeto inclusivo nas escolas, e o reflexo que isso acarretará nos sujeitos que apresentam necessidades especiais (BEYER, 2005).

3 | AS LIMITAÇÕES DO ENSINO TRADICIONAL

A educação não dá conta das condições necessárias às mudanças que são propostas por uma educação inclusiva, pois não são concebidas para atender a diversidade e tem uma estrutura rígida e seletiva no que diz respeito à aceitação e a permanência de alunos(as) que não atendem às suas expectativas acadêmicas clássicas e de formação. (MANTOAN, 2004, p. 91).

O ensino tradicional, a competição entre os(as) alunos(as) e a homogeneização das respostas e de comportamentos esperados, a transmissão do conhecimento, o medo do erro impedem alunos(as) e professores(as) de contemplar as diferenças e de reconhecer o valor e a riqueza das mesmas para o desenvolvimento dos processos educativos.

São necessárias muitas adequações para que o ensino tradicional dê conta de ser uma educação inclusiva efetivamente. Visto que as diferenças entre os(as) estudantes devem ser ressaltadas e atendidas em suas especificidades. Não igualar todos(as) em

função de um ideal de aluno(a), isso aprofunda ainda mais a exclusão das diferenças, por não respeitar as singularidades presentes nos sujeitos, nas suas histórias, nas suas culturas, nos seus tempos e espaços.

É preciso ir além, romper com a barreira do ensino tradicional e alçar vôo em direção ao novo. Uma nova forma de ver a escola. Uma escola que não segregava, que não adapta, que não exclui. Ao contrário: uma escola que respeita as diferenças e permite que todos os(as) alunos(as) desenvolvam a sua autonomia, construindo seus conhecimentos e descobrindo estratégias de aprendizagem de acordo com as necessidades e capacidades de cada um(a) em especial.

4 | A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E OS RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Há um grande equívoco feito por professores(as) e leigos(as) quando se trata da organização curricular e dos recursos didático-pedagógicos de uma escola inclusiva. Não é necessário criar um currículo à parte para atender as diferenças, mas sim é preciso reconhecê-las e inseri-las no currículo, pensando nos tempos de atividade, de avaliação e de aprendizagem de cada aluno(a) na sua interação com o grupo.

Mantoan (2004, p. 88) afirma que

A possibilidade de o aprendiz realizar as suas tarefas e atividades com a turma, sem ter de trabalhar à parte, segregado, mas fazendo uso do material pedagógico da sala de aula, livremente, de acordo com seus interesses e capacidades. Da espontaneidade e da interação com os colegas da turma, utilizando os mesmos recursos didáticos e realizando as mesmas atividades é que emerge o potencial de aprendizagem de cada criança, com ou sem deficiência.

Da mesma forma o professor(a) deve planejar as atividades e organizar o material didático de forma que possam servir a objetivos mais amplos e importantes do que treinar, e moldar o(a) aluno(a) ao caminho que o professor estipulou como o único capaz de chegar a verdade, ao certo, ao desejado. É necessário valorizar os saberes e capacidades individuais, e a partir desses planejar estratégias de ensino e aprendizagem diferenciados e adequadas às especificidades.

5 | A PROPOSTA PEDAGÓGICA

Um projeto escolar inclusivo deve ser pensado e executado pelos(as) professores(as), diretores(as), pais(as), alunos(as) e todos(as) os que se interessam pela educação na comunidade em que a escola se insere. A sua elaboração deve ser decorrente de um estudo das características do meio físico, social e cultural da comunidade onde a escola se insere.

Afinal, não se trata apenas, de inserir fisicamente este ou aquele aluno(a) nesta ou naquela turma, mas sim, de acordo com o que afirma Carvalho (2000b, p. 182).

Há que se considerar o risco de expor esse alunado a uma situação similar a vivida por ele nas classes especiais, isto é, de estar no espaço físico das escolas sem estar, nela, verdadeiramente integrado. E o que é mais importante: a necessidade de os alunos serem incluídos na aprendizagem! Para tanto, a prática pedagógica precisa ser revista e aprimorada.

Nesse sentido, pensar em uma proposta pedagógica que vise atender a diversidade em sala de aula exige um repensar sobre a prática educativa e a concepção de ensino e aprendizagem presentes nos programas escolares, bem como a compreensão do que seja a diversidade, pois os seres humanos são singulares, diferentes e, portanto, não podem ser classificados, afinal TODOS(AS) somos diferentes.

6 | ENTÃO... A SALA DE AULA PARA TODOS É UMA REALIDADE OU UMA UTOPIA?

Pensar a educação para todos(as) representa um esforço em romper com as barreiras que impedem a mudança necessária para a construção de uma nova escola. Uma escola integradora que tem no seu ideal filosófico a humanização do processo de ensino aprendizagem. Que não segrega, que não diferencia pelas dificuldades em função de um estereótipo de aluno(a). É preciso aprender a lidar com nossos medos, com os desafios que nos impõe a ruptura com os modelos que nos sustentavam anteriormente.

É importante ressaltar que a inclusão é a abertura da escola para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos(as), onde todo(as) são bem vindos(as), sejam eles(as) inteligentes, com dificuldades de aprendizagem, com problemas de comportamento, os(as) multi-repetentes, os(as) com altas habilidades, os(as) de vários níveis sócio-econômicos, os(as) que têm diferentes estruturas familiares, os(as) de diferentes credos religiosos, os(as) que possuem alguma alteração genética, os(as) de diferentes cores, raças, tamanhos, e assim por diante.

É possível concordar com Mantoan (2001, p. 238) quando afirma que:

Uma outra escola é possível, pois nós estamos construindo pedra por pedra algumas delas. Cada pessoa que a constrói, cada grupo que investe nessa nova possibilidade está se re-organizando, não só por outros modos de pensar a educação, mas por outras formas de fazê-la acontecer nas salas de aula, onde a subjetividade de quem ensina e de quem aprende emergem a cada momento e transformam "as velhas certezas" em novas oportunidades.

Então, essa escola é possível de ser construída, é uma realidade proposta, possível e necessária ao cumprimento dos direitos humanos. No entanto, é preciso estar atento para as mudanças necessárias à construção dessa escola. É preciso que os professores(as) busquem a formação e capacitação continuada, pesquisem e reflitam sobre suas práticas

e metodologias, ao mesmo tempo em que o currículo escolar deve refletir o meio social e cultural no qual a mesma está inserida. Além de mudanças nas práticas pedagógicas, também é necessário que o clima sócio-afetivo na escola seja pautado pelo respeito mútuo, cooperação e solidariedade. Cientes de que o espaço escolar é um espaço de direito para todos(as) no desenvolvimento de suas potencialidades e socialidades. Só assim teremos uma sala de aula para todos!

REFERÊNCIAS

BEYER, H. O.. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª série**. MEC, Brasília, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais – adaptações curriculares**: estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial. SEF/SEESP: Brasília, 1998.

BRASIL, **Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. MEC/SEESP, Brasília, 2003.

BRASIL. LEI Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. LEI Nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASIL. LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 2000a.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 2000b.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4 edição. São Paulo: Editora Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

MANTOAN, Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001.

MANTOAN, Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. In.: MENEGHETTI, Rosa G. Krob; GAIO, Roberta (org). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 14, 17, 18, 21, 41, 43, 54, 62, 68, 73, 77, 85, 89, 92, 104, 105, 112, 128, 137, 138, 140, 141, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155

Adaptação Curricular 60, 76, 90, 111, 112, 113, 114, 116, 117

Alunos Cegos 61, 62, 155, 156, 157, 163

Aprendizagem em Física 68

C

Crianças 13, 2, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 29, 31, 48, 56, 57, 59, 64, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 106, 108, 109, 112, 122, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 164, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 179, 183, 185, 188

D

Deficiência 9, 10, 12, 13, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 58, 60, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 81, 83, 86, 89, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 124, 126, 127, 138, 139, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190

Deficiência auditiva 13, 92, 100, 164, 165, 166, 168, 178

Deficiência Intelectual 12, 13, 58, 63, 68, 70, 71, 74, 86, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 117, 178, 183, 184, 187, 188, 189

Diversidade 9, 1, 5, 7, 9, 37, 39, 49, 82, 89, 90, 109, 113, 118, 155, 156, 170, 171, 181, 183

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 100, 101, 102, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 175, 178, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191

Educação de Jovens e Adultos 11, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 50, 51

Educação Especial 9, 11, 1, 2, 3, 8, 14, 15, 18, 21, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 81, 82, 85, 88, 100, 101, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 122, 123, 127, 132, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 155, 170, 180, 184, 189, 190

Educação Inclusiva 9, 12, 4, 5, 8, 18, 20, 35, 37, 43, 54, 60, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 75, 77, 78, 81, 83, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 122, 123, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 170, 171, 178, 180, 182, 184, 189, 190

Educação Superior 16, 17, 61, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78

Ensino 9, 12, 13, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 22, 24, 26, 27, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 50, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 94, 95, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 127, 129, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 173, 177, 179, 180, 181, 189, 191

Ensino-aprendizagem 57, 80, 84, 86, 164, 189

Ensino Remoto 12, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90

Escolarização 11, 9, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 54, 71, 72, 81, 133, 140, 141

Estado do Conhecimento 12, 125, 126, 127

F

Família 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 48, 63, 83, 84, 92, 104, 105, 115, 164, 166, 167, 171, 179, 180

Formação de Professores 4, 35, 64, 65, 71, 89, 118, 125, 127, 128, 131, 134, 139, 152, 171, 182

G

Geometria 13, 156, 157, 158, 162, 163

H

Habilidades Auditivas 91, 92, 93, 94, 97, 99

I

Implante Coclear 12, 29, 91, 92, 93, 99, 100

Inclusão 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 35, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 100, 112, 113, 116, 118, 122, 123, 125, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 183, 189, 190

Inclusão Escolar 11, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 50, 58, 59, 60, 66, 70, 88, 112, 122, 125, 130, 131, 132, 136, 169, 170, 171, 172, 175

Inclusão Social 9, 10, 11, 3, 4, 11, 35, 40, 43, 83, 89, 100, 135

Integração Sensorial 13, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176

L

LBI 83, 147, 148, 149, 151, 153, 189

M

Microcefalia 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90

P

Perspectiva Sociológica de Boudieu 20

Poções-BA 12, 137

Políticas Públicas 9, 4, 15, 36, 43, 46, 48, 50, 137, 138, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 153, 171

Práticas Inclusivas 12, 61, 81, 111, 118, 138, 143, 175

Produção do conhecimento 53, 54

Público Alvo 53, 55, 59, 60, 65, 140, 142

S

Sala de Recursos Multifuncionais 35, 38, 42, 44, 47, 48, 58, 85, 103, 104, 105, 106, 113, 115, 122

Síndrome da Talidomida 11, 9, 10, 11, 12, 17

Surdez 13, 29, 61, 64, 78, 91, 164, 166, 168

T

Terapia Assistida por Cães 12, 101, 102, 103, 104, 107, 109

Transtorno do Espectro do Autismo 12, 13, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 135, 169, 170, 171, 172

U

UFC 12, 147, 148, 151, 152, 153, 155

Z

Zika Vírus 12, 79, 80, 89, 90

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

